O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 45 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8330036

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PARA PESSOAS SURDAS NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO[1]

Gisele Pereira da Silva[2]

Gisele Cristina Resende[3]

Marck de Souza Torres[4]

Breno de Oliveira Ferreira[5]

Resumo

Frente às dificuldades das pessoas surdas em recorrer ao atendimento psicológico qualificado e frente à relevância de psicólogos especializados para atender a referida demanda, o presente estudo buscou identificar as evidências científicas acerca do atendimento psicológico para as pessoas surdas no contexto brasileiro. Para tanto, foi realizada uma revisão de escopo com critérios e passos definidos. Delimitou-se o problema a ser estudado; foram selecionadas as fontes de dados; elegeu-se os descritores de busca; buscou-se e armazenou-se os resultados; os artigos foram selecionados por meio dos critérios elencados; extraiu-se os dados; avaliou-se os artigos; e os dados foram interpretados por meio da análise temática. A partir dos dez artigos selecionados, os resultados mostraram a importância do rompimento com a lógica simplista de entender a surdez apenas como um quadro clínico orgânico no contexto psicológico, além da urgência em formação e capacitação em Libras para os psicólogos inseridos nos serviços de saúde brasileiros. Os dados revelaram também a necessidade de criação de diversas estratégias de comunicação e manejo a serem adotados pelos profissionais, destacando a construção e validação de instrumentos para operacionalizar as condutas adotadas. Por fim, concluiu-se que as barreiras comunicacionais entre profissional e paciente surdo podem fazer com que haja a presença de um tradutor/intérprete para mediar a comunicação entre a dupla, e pode acabar gerando interferências terapêuticas e éticas no atendimento psicológico realizado.

Palavras-chave: Atendimento Psicológico; Língua Brasileira de Sinais; Psicoterapia; Surdez.

Abstract

Faced with the difficulties of deaf people in resorting to qualified psychological care and the importance of specialized psychologists to meet this demand, the present study sought to identify the scientific evidence about psychological care for deaf people in the Brazilian context. To this end, a scope review was carried out with defined criteria and steps. The problem to be studied was delimited; data sources were selected; the search descriptors were chosen; the results were searched for and stored; the articles were selected using the listed criteria; the data was extracted; the articles were evaluated; and the data were interpreted through thematic analysis. From the ten selected articles, the results showed the importance of breaking with the simplistic logic of understanding deafness only as an organic clinical condition in the psychological context, in addition to the urgency in training and training in Libras for psychologists inserted in Brazilian health services . Data also revealed the need to create different communication and management strategies to be adopted by professionals, highlighting the construction and validation of instruments to operationalize the adopted behaviors. Finally, it is concluded that the communication barriers between professional and deaf patient can cause the presence of a translator/interpreter to mediate the communication between the pair, and can end up generating therapeutic and ethical interference in the psychological care provided.

Keywords: Brazilian Sign Language; Deafness; Psychotherapy; Psychological Care.

[1] Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio para o desenvolvimento da presente pesquisa.

[2] Psicóloga. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: gisele.pereiradasilva19@gmail.com

[3] Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Psicologia. E-mail: giseleresende@ufam.edu.br

[4] Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Psicologia. E-mail: marcktorres@ufam.edu.br

[5] Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Saúde Coletiva. E-mail: breno@ufam.edu.br

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as pessoas surdas foram discriminadas e excluídas de diversos espaços da sociedade. Todavia, apoiadas principalmente pelos movimentos sociais, o cenário das últimas décadas tem mostrado avanços no que tange aos processos de inclusão e reparação dos prejuízos causados às pessoas surdas que foram duramente expostas à lógica normalizadora.

Dessa forma, no campo da Psicologia, ao deparar-se com a demanda de atendimento de pessoas surdas, que dispõem de diferenciações comunicacionais, os psicólogos necessitam realizar adaptações aos seu trabalho e elaborar estratégias adequadas para promover atendimentos inclusivos. Não obstante, as temáticas relacionadas à surdez e as barreiras de acesso aos espaços de acolhimento psicológico para pessoas surdas ainda são pouco abordadas durante o percurso formativo dos profissionais, o que reforça, ainda mais, a necessidade da Psicologia revisar seu lugar na qualidade de uma ciência comprometida com o processo de inclusão e reconhecimento das demandas de pessoas surdas.

Diante dos desafios para a prestação de serviços psicológicos apropriado à demanda, da escassa produção sobre a temática na literatura, e da necessidade de inclusão da pessoa surda na sociedade, o presente estudo, por meio de uma revisão de escopo, buscou identificar as evidências científicas acerca do atendimento psicológico para as pessoas surdas no contexto brasileiro.

Para tanto, a revisão de escopo foi realizada de acordo com a metodologia PRISMA *Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). Inicialmente, delimitou-se o problema a ser estudado; foram selecionadas as fontes de dados; elegeu-se os descritores de busca; buscou-se e armazenou-se os resultados; os artigos foram selecionados por meio dos critérios elencados; extraiu-se os dados; avaliou-se os artigos; e os dados foram interpretados com apoio da análise temática.

Após a presente introdução, seguem-se quatro seções que compõe o artigo, a saber: 1) breve estado da arte sobre os atendimentos psicológicos às pessoas surdas, seguida pelo 2) método, 3) resultados e discussão, 4) considerações finais dos autores.

REVISÃO DO ESTADO DA ARTE

Dados do último censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), indicam que cerca de 5% da população brasileira é composta de pessoas surdas. São aproximadamente 10 milhões de pessoas surdas residentes no Brasil, sendo que cerca de 2,7 milhões possuem surdez profunda, contexto no qual o organismo não capta nenhum som. Ao longo dos anos tem sido discutido a implementação de iniciativas de acessibilidade e inclusão nos acessos à educação,

mercado de trabalho, socialização e – o foco de análise do presente trabalho – à saúde mental (BARROS *et al*., 2020; CLERCK; WILLEMS, 2023).

Para iniciar essa seção, é importante destacar que a perspectiva de surdez adotada para esse estudo está pautada na visão histórico-cultural da vivência surda. Conforme Pereira e Lourenço (2017), esse grupo não é homogêneo - apresenta maneiras diversas de vivenciar a multiplicidade de comunicação e a forma particular de cada pessoa experimentar o mundo a sua volta. Entende-se a surdez para além de um quadro ou limitação clínica para lançar um olhar de compreensão das diferenças, particularidades comunicacionais e culturais existentes na sociedade contemporânea (NASCIMENTO; SEIXAS, 2021). Dessa forma, utilizou-se a terminologia "pessoas surdas" para se referir ao grupo foco das reflexões realizadas nesta investigação, reconhecendo a complexidade e historicidade dessa comunidade a partir dos apontamentos de Perlin e Strobel (2014), que destacam a trajetória das pessoas surdas no Brasil.

Um dos principais avanços no campo dos direitos às pessoas com deficiência foi demonstrado com a promulgação da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem o intuito de reconhecer as fragilidades e potencialidades de cada pessoa, bem como compreender a diversidade enquanto instrumento ético-político de aproximação de grupos distintos, ao invés de promover segregação, estigma e preconceito (SANTOS; ROCHA-FILHO; VASCONCELOS, 2023). Ainda prevê a promoção de acessibilidade educacional, de transporte e mobilidade, de comunicação e emancipação, bem como o acesso à saúde, tecnologias e serviços públicos (BRASIL, 2015). Na realidade das pessoas surdas, para que essas ações ocorram, é fundamental que os profissionais e áreas do conhecimento envolvidos em cada um dos aspectos citados acima possam acolher e compreender as suas especificidades, principalmente de comunicação.

Nessa esteira, um importante marco para a construção de processos linguísticos inclusivos é a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que em seu Art. 1º reconhece "como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados" (BRASIL, 2002). A Libras não se trata meramente de um meio de linguagem e expressão gestual sem estrutura ou sistematização, é um elemento primordial para a população surda no que diz respeito a construção de identidade, apreensão do conhecimento, construção do senso de pertencimento, bem como produção de representações do mundo em seu entorno e favorece a comunicação com as pessoas ouvintes, na tentativa de garantir o acesso aos serviços de educação, saúde e promover a cidadania (STROBEL, 2016; SANTOS; ROCHA-FILHO; VASCONCELOS, 2023).

No que concerne à saúde mental de pessoas surdas, estudos internacionais mostram altas taxas de sofrimento psicológico em adultos. Taxas de sofrimento em crianças surdas são cerca de duas vezes maior do que para crianças ouvintes (AANONDSEN *et al*., 2023). O estigma relacionado às pessoas surdas, ou seja, o não reconhecimento do grupo-alvo e a consequente exclusão, está relacionado com o bem-estar mental e o acesso aos serviços de saúde (CLERCK; WILLEMS, 2023).

Pacientes surdos com acesso a intérpretes usam mais os serviços preventivos e recebem mais assistência em saúde e aconselhamento do que os pacientes surdos sem esse acesso (LEE; SPOONER; HARRIS, 2021). As barreiras de comunicação surgem, principalmente, porque os profissionais de saúde estão mal preparados, podendo gerar erros de diagnóstico, não adesão dos pacientes à terapêutica, informações de saúde ineficazes, resultando na desconfiança e na relutância em procurar tratamento (REIHER, 2022). Os profissionais de saúde devem, portanto, tornar-se mais competentes culturalmente, sendo capacitados para fornecer serviços de acordo com as especificidades das pessoas surdas. Estudos mostram que os profissionais de saúde que receberam formação demonstraram maior conhecimento e confiança na interação com os pacientes surdos (JACOB *et al*., 2022).

Seguindo as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005), o psicólogo que pretende realizar atendimento psicológico às pessoas, incluindo às surdas, deve seguir cuidadosamente o código de ética da profissão, e portanto, é seu dever respeitar o sigilo para proteger a intimidade de qualquer pessoa que tenha acesso ao seu serviço. Para Ferreira-Júnior, Bezerra e Alves (2021), é um dever do psicólogo assegurar o acesso da pessoa com deficiência aos diferentes serviços de saúde mental, removendo barreiras - nesse caso, prioritariamente as linguísticas -, a fim de garantir os direitos constitucionais das pessoas com surdez em suas diferentes especificidades comunicacionais.

De acordo com Castanheira, Grevet e Cordioli (2019), o atendimento psicológico, em suas diferentes abordagens, tem em comum a necessidade de uma relação terapêutica para o curso do tratamento, o acolhimento, a escuta empática e o suporte emocional. Para as pessoas surdas, a fim de respeitar a ética profissional e as leis vigentes sobre a inclusão da pessoa com deficiência, esse atendimento deve ser conduzido por um psicólogo ouvinte, por meio da Libras.

Ainda que se tenha serviços em saúde mental inclusivos, especializados no atendimento à pessoa surda, é importante que os profissionais tenham conhecimento necessário para entender a relação entre a surdez e o fazer psicológico (JACOB *et al*., 2022). E para romper as barreiras institucionais, deve-se ultrapassar as discussões apenas sobre os aspectos linguísticos e integrar elementos sobre a própria comunidade, a cultura, e principalmente, sobre o que essas pessoas têm a descrever acerca de si mesmas (REIHER, 2022).

Em resumo, a literatura sobre atendimento psicológico às pessoas surdas continua a crescer e a avançar no cenário nacional e internacional, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada às especicidades em saúde mental desse público, e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e inclusivas (DICKSON; MAGOWAN; MAGOWAN, 2014; REIHER, 2022; FERREIRA-JÚNIOR; BEZERRA; ALVES, 2021), além de descrever as principais barreiras de acesso aos serviços de saúde (CLERCK; WILLEMS, 2023), e a sua relação com as principais políticas intersetoriais (SANTOS; ROCHA-FILHO; VASCONCELOS, 2023).

MÉTODO

O presente trabalho trata de uma revisão de escopo que buscou mapear os conceitos-chave que sustentam o campo de pesquisa, bem como elucidar definições de trabalho e/ou os limites conceituais (PETERS *et al*., 2020). Para realizá-la foi efetivada a organização por etapas desenvolvidas por Arksey e O'Malley (2005): 1) identificar a questão de pesquisa; 2) detectar estudos relevantes; 3) selecionar os estudos a serem analisados; 4) coleta de dados; 5) sintetização e relato dos resultados. A questão norteadora foi: Quais as principais dificuldades no atendimento psicológico às pessoas surdas no Brasil?

As plataformas escolhidas para a pesquisa de materiais foram o portal Periódicos CAPES o qual abriga um dos maiores acervos de produções científicas nacionais e internacionais do Brasil, e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic). As bases de dados foram selecionadas pela abrangência nacional e internacional, por suas publicações em periódicos de alto impacto, bem como pela disponibilização de informações na área da Psicologia e afins.

A escolha das plataformas supracitadas foi realizada após pesquisas durante os meses de agosto a dezembro de 2022, em busca de artigos que possuíssem o conteúdo compatível com a proposta da presente revisão, dentro do recorte de tempo dos últimos dez anos – a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-, pois em virtude da escassa produção do tema, e do objetivo do estudo, entendeu-se como relevante que tais dados indicassem um panorama geral do contexto investigado.

As buscas foram realizadas por dois juízes indepedentes, sendo convidado um terceiro juiz para auxiliar em situações de conflito. Os descritores utilizados foram os seguintes: psicoterapia *OR* atendimento psicológico *OR* saúde mental *AND* surdos *OR* pessoas surdas *OR* surdez no idioma português, e *psychotherapy OR psychological care OR mental health AND deaf OR deaf people OR deafness* no idioma inglês.

Os critérios de inclusão foram artigos avaliados por pares acerca da vivência da população surda e estudos com foco no atendimento psicológico. Os critérios de exclusão foram estudos repetidos, fora do escopo da revisão, capítulos de livros e notas editoriais. Nesta etapa da revisão, foi utilizado o aplicativo *Rayyan*, desenvolvido pelo *Qatar Computing Research Institute* (QCRI), como uma ferramenta útil para auxiliar no arquivamento, organização e seleção dos artigos (OUZZANI *et al*., 2016).

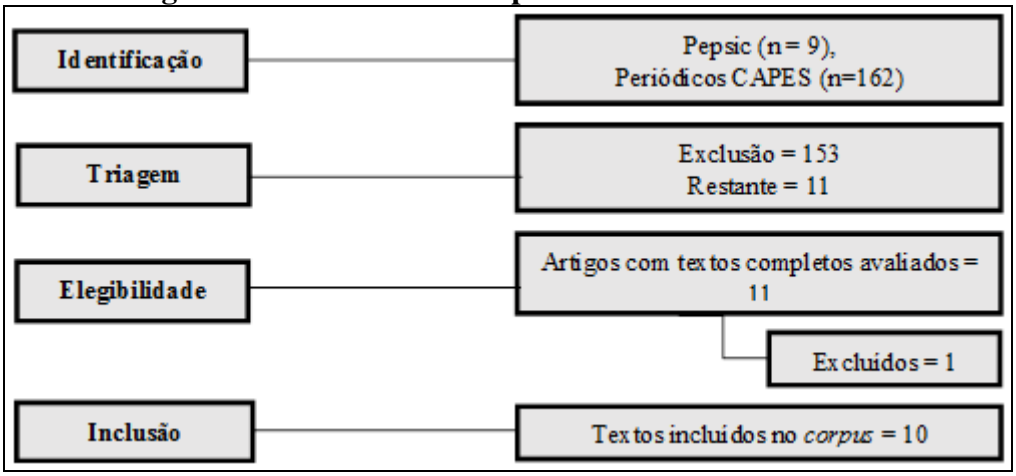
Os estudos foram categorizados quanto à qualidade metodológica, sendo considerados como 1) alta qualidade: resultados consistentes e generalizáveis, conclusões definidas e recomendações consistentes; 2) média qualidade: resultados razoavelmente consistentes, conclusões de média qualidade, recomendações razoavelmente consistentes, 3) baixa qualidade: pouca evidência, resultados inconsistentes, conclusões refutáveis ou não existentes (DANG *et al*., 2022).

Os conteúdos foram analisados a partir das seguintes categorias: 1) ano de publicação do estudo e autores, 2) objetivo principal; 3) método (delineamento e participantes), 4) principais resultados obtidos nos estudos e 5) instrumentos neuropsicológicos aplicados. Os resultados encontrados foram analisados por meio da Análise Temática (BRAUN; CLARKE, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscou-se identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis. Para tanto, sistematizou-se os materiais encontrados, identificou-se os locais de produção dos artigos, bem como as possíveis dificuldades e lacunas no atendimento psicológico às pessoas surdas, assim como a necessidade de incentivo a investigações relacionadas à temática em questão, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de inclusão e exclusão de artigos nas bases de dados Pepsic e Periódicos CAPES



Fonte: Elaboração própria.

A primeira etapa da seleção dos materiais consistiu na leitura dos títulos que incluíam a temática a ser abordada. Em seguida foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para compor a amostra anteriormente citada. Após esta etapa foi realizada a leitura integral e individual de dez dos artigos encontrados com vistas a destacar os aspectos discutidos adiante. Para realizar a seleção do material a ser analisado foram elaborados os seguintes critérios de inclusão: a) ser uma produção brasileira dos últimos dez anos; b) ter o português como língua principal e c) ter como foco a análise e reflexão sobre o atendimento psicológico para pessoas surdas. Para os critérios de exclusão foram eleitos os seguintes: a) publicações que não fossem artigos; b) artigos que abordam apenas o aspecto biológico da ausência ou perda de audição; c) publicações em outros idiomas que não a língua portuguesa; d) artigos que não trabalhem a perspectiva do atendimento psicológico para pessoas surdas e e) publicações que não dispunham de resumo e conteúdo de acesso gratuito através de meios virtuais. Na Tabela 1, foram destacados os dados bibliométricos dos artigos selecionados para compor a presente revisão: autoria, ano, estado onde foi realizada a produção, os principais resultados obtidos e a qualidade do artigo.

Quadro 1 - Dados sistemáticos dos artigos selecionados

Autoria	Revista	Principais Resultados	Ano	Estado	Qualidade
Artigo 1: Carmo e Silva	Revista Psicologia, Diversidade e Saúde	Desconhecimento da Libras como principal barreira. Escassez de contato e reflexão com a demanda surda durante a graduação.	2016	Bahia	Alta
Artigo 2: Aguillera e Borborema	Revista Psicologia, Diversidade e Saúde	Promoção de reflexão social sobre a temática da surdez bem como da atuação do profissional psicólogo diante de tal demanda.	2017	Sergipe	Média
Artigo 3: Ávila e Camargos	Revista de Psicologia	Em sua maioria, os materiais e produções analisados utilizam a perspectiva socioantropológica da surdez. As temáticas mais discutidas são: linguagem, língua, desenvolvimento cognitivo e relações familiares.	2019	São Paulo	Média
Artigo 4: Freitas, Neves e Zatti	Revista Brasileira de Psicoterapia	Identificou-se a viabilidade e efetividade da psicoterapia psicanalítica com pessoas surdas. De igual forma foi identificada a escassez de materiais e pesquisas que abordem essa prática.	2019	Rio Grande do Sul	Alta
Artigo 5: Paravidini e Vieira	Estilos da Clínica	O uso da Libras no contexto da análise é possível e possibilita a inserção de novos conhecimentos e aprendizados que implicam o progresso dentro do âmbito da análise psicanalítica. Contudo, para famílias ouvintes é possível identificar estranhamento quanto a condição de não audição da criança gerando dificuldades na relação mãe e filho.	2020	Minas Gerais	Alta
Artigo 6: Barros *et al.*	Research, Society and Development	A temática está em desenvolvimento no contexto nacional ainda que de forma recente no âmbito da Psicologia. Contudo, destaca que a maioria das produções encontradas têm como perspectiva o estudo da surdez no contexto da educação e discussões de cunho linguístico.	2020	Pernambuco	Média
Artigo 7: Ávila e Camargos	Revista de Psicologia	As diferenças identificadas no aparato semiótico da linguagem em pessoas surdas congênitas requerem adaptações no desenvolvimento psíquico por conta na origem da língua de sinais. Conclui que o tratamento psicoterápico deve ser oferecido do sistema linguístico próprio da demanda comunicacional trazida pela comunidade surda.	2021	São Paulo	Alta
Artigo 8: Gonçalves, Maffini e Riterbusche	Research, Society and Development	Resultados divididos em 3 categorias para discussão: a equidade do cuidado; desafios no campo da saúde e atendimento psicológico de pessoas surdas	2021	Rio Grande do Sul	Baixa
Artigo 9: Guimarães e Silva	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Dez estudos foram analisados e destacam a possibilidade de atendimento de pessoas surdas através da adaptação das intervenções e técnicas às singularidades desses pacientes.	2021	Sergipe	Alta
Artigo 10: Serpa Jr e Romano	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Foi identificada diversidade de estratégias de comunicação e manejo adotados pelos profissionais demonstrando a necessidade de criação e adaptação do atendimento para acolher a pessoa surda no serviço de saúde mental.	2021	Rio de Janeiro	Alta

Fonte: Elaboração própria.

Após a leitura integral dos materiais foi possível identificar que apesar da escassez de produções científicas dedicadas aos estudos e reflexões sobre o atendimento psicológico para pessoas surdas no Brasil há um movimento crescente de publicações na área nos períodos entre 2019 e 2021. Sendo o destaque para o ano de 2021 (n=4), seguido de 2020 (n=2) e 2019 (n=2). Nas produções anteriores, Carmo e Silva (2016), bem como Aguillera e Borborema (2017) destacam a necessidade de incentivo às produções e investigações sobre o acolhimento das demandas de surdez pela Psicologia para que as reflexões sobre a importância do serviço de saúde mental voltado à pessoa surda pudessem conquistar maior notoriedade. Dessa forma, a ampliação das publicações relacionadas ao tema nos anos subsequentes pode demonstrar o resultado das provocações realizadas por investigações anteriores.

Em relação aos estados de origem dos artigos elegidos para a presente revisão foi destacada a quantidade considerável de produções advindas da região Nordeste (n=4) e Sudeste (n=4), seguidas da região Sul (n=2). Dessa forma, é possível perceber a lacuna de produções relacionadas a temática aqui debatida nas demais regiões do Brasil indicando assim objetos de análise para futuras investigações. Ademais, cabe salientar que discussões sobre a quantidade de produções sobre psicologia e surdez advindas de outras regiões do país não foram apresentadas em nenhum dos estudos analisados.

No que diz respeito à modalidade de pesquisa, parte significativa dos artigos analisados são advindos de pesquisa qualitativa (n=5) enquanto outra parcela dedica-se a elaborar revisões de literatura sobre a temática (n=4) e uma pequena parcela dedica-se a realizar pesquisa documental (n=1).

Para mais, no que tange aos desafios encontrados na atuação do profissional psicólogo ouvinte diante da necessidade de acolhimento da demanda surda, os resultados do estudo de Camargo e Silva (2016) destacam a falta de contado com a realidade da pessoa surda durante a formação em Psicologia, bem como o desconhecimento sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e elemento cultural - sendo as principais barreiras encontradas pelos profissionais de saúde mental. Freitas, Neves e Zatti (2019), apontam que os psicólogos participantes de sua investigação relataram que a primeira iniciativa tomada ao receber a demanda de atendimento de pessoas surdas foi a busca pelo aprendizado da Libras para possibilitar a construção da aliança terapêutica.

Em outro estudo, Paravidini e Vieira (2020) demonstram a necessidade de utilizar adaptações para construir o vínculo terapêutico e garantir o progresso das sessões, bem como o acolhimento das angústias maternas relacionadas às barreiras comunicacionais vivenciadas na relação com os filhos. Além disso, destacam a função da Libras para além de uma via comunicacional, possibilitando uma nova possibilidade do entrelaçamento de registros do Imaginário, do Simbólico e do Real abordados na concepção lacaniana de construção interna. Aguillera e Borborema (2017) apontam a necessidade de uma atuação multidisciplinar no acompanhamento de crianças surdas e suas famílias. De igual modo, o

estudo aponta para a necessidade da atuação da Psicologia como elemento auxiliar ativo no processo de ressignificação das emoções vivenciadas tanto pela família quanto, principalmente, pela criança.

Ainda sobre a demanda do caráter comunicacional no atendimento psicológico, a produção de Serpa-Júnior e Romano (2021) identifica que o contexto exige a criação de diversas estratégias de comunicação e manejo a serem adotados pelos profissionais, destacando a necessidade de criação e validação de instrumentos para operacionalizar as condutas adotadas.

Acerca dos resultados encontrados a partir dos conteúdos de revisões sistemáticas, cabe o destaque para o estudo de Ávila e Camargos (2019), que pontua a prevalência do modelo socioantropológico de compreensão da surdez (n=7) em detrimento de perspectivas pautadas no modelo médico-clínico (n=3) junto aos artigos componentes da revisão. Ademais, o estudo citado ampliou a base de coleta de materiais para publicações internacionais, visto que o quantitativo de estudos brasileiros ainda é incipiente. No que se refere às abordagens específicas em Psicologia, Guimarães e Silva (2021) destacam em sua revisão a escassez de estudos relacionados à práticas terapêuticas no âmbito das Teorias Cognitivo-comportamentais no atendimento psicológico voltado para pessoas surdas. Gonçalves, Maffini e Riterbusche (2021), destacam em sua revisão narrativa que apesar de existir amparo legal para o atendimento pleno da pessoa surda ainda há barreiras e dificuldades nesse processo de inclusão especificamente no âmbito da saúde.

No que diz respeito à presença de um tradutor/intérprete no *setting* terapêutico, Freitas, Neves e Zatti (2019) pontuam as dificuldades na manutenção do sigilo e proteção ética dos conteúdos trabalhados na sessão, bem como o risco de denúncias e rompimentos do vínculo terapêutico. Gonçalves, Maffini e Riterbusche (2021) salientam a necessidade de discussões sobre os aspectos éticos de qualidade na compreensão das vivências de pacientes surdos no contexto da utilização de tradutor/intérprete de Libras, visto que além das dificuldades em relação ao sigilo profissional também são destacadas as possíveis perdas de conteúdos relatados pelo paciente no *setting* terapêutico no momento da tradução. Por fim, Ávila e Camargos (2021) apontam a falta de estudos de eficácia sobre o atendimento psicoterápico realizado com a presença de tradutor/intérprete, bem como a carência de materiais adaptados à prática clínica no contexto da surdez.

Durante a leitura dos conteúdos selecionados para a presente revisão foi unânime e recorrente os destaques dedicados às dificuldades relacionadas ao manejo comunicacional no atendimento de pessoas surdas por profissionais de Psicologia. Em sua maioria, os autores salientam a falta de conhecimento da vivência surda, bem como a lacuna na formação profissional relacionada a compreensão da diversidade comunicacional como os maiores entraves para o atendimento pleno e inclusivo das pessoas surdas nos serviços de saúde mental. Conforme Romano e Serpa-Júnior (2021), são necessários o incentivo e a

busca pela compreensão da Libras – bem como outras formas de comunicação – tanto durante a graduação quanto após no contexto de atuação como profissional de Psicologia. Paravidini e Vieira (2020) destacam que a presença da Libras no *setting* terapêutico proporciona maior engajamento e interação na dupla terapeuta-paciente.

Para além de uma diferenciação comunicacional, o uso da Libras é também um traço de diversidade cultural, visto que a pessoa surda possui formas diferentes de experimentar e compreender o mundo ao seu redor através de seu caráter visual-espacial. Dessa forma, a não compreensão dessas particularidades por parte dos profissionais de saúde pode levar à manutenção de segregação e barreiras de acesso que prejudicam a saúde mental da população que não se enquadra no padrão de comunicação ouvinte. Segundo Gonçalves, Maffini e Riterbusche (2021), esse processo de compreensão e inclusão não se limita ao aprendizado e fluência em Libras, por isso é tão necessário o compromisso com o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, visto que o acolhimento de uma pessoa que tem vivências e história e não se resume à falta de audição.

No Brasil, conforme o Código de Ética do Profissional Psicólogo (2005), todos os profissionais certificados devem assumir um fazer ético e comprometido com o sigilo da relação terapêutica. Contudo, em diversos casos as barreiras comunicacionais entre terapeuta e paciente surdo fazem com que profissionais solicitem a presença de um tradutor/intérprete para mediar a comunicação entre a dupla. Dessa forma, é apresentado o dilema ético visto por Carmo e Silva (2016) como uma possível interferência no atendimento do conteúdo real da demanda trazida pela pessoa surda, visto que o relato do paciente passará pela interpretação subjetiva do tradutor para assim chegar ao terapeuta. Nesse interim, informações e significações importantes podem ser perdidas.

Ademais, faz-se necessário destacar que o ambiente de acolhimento individual na psicoterapia é um espaço de exposição de demanda significativamente pessoais e íntimas. Dessa forma, segundo Carmo e Silva (2016), a presença de uma terceira pessoa pode ocasionar desconforto, insegurança, desconfiança e dificuldades na abordagem de temáticas importantes para a qualidade de acompanhamento.

As dificuldades encontradas pelas pessoas surdas não estão apenas focadas no acesso à saúde e educação, todavia, é corriqueiro que os desafios iniciem antes mesmo do processo de inclusão na sociedade externa. O desenvolvimento de pessoas surdas, em diversos aspectos, perpassa o acolhimento inicial da família. Conforme Paravidini e Vieira (2020), em contextos de famílias ouvintes que têm membros surdos é comum haver estranhamento, sensação de desconexão e perda de vínculo influenciados pelas barreiras comunicacionais entre pais ouvintes e filhos surdos.

As dificuldades de compreensão e aceitação da surdez como uma característica pessoal podem interferir no desenvolvimento de habilidades e na construção de vínculos afetivos entre pares. De acordo com Aguillera e Borborema (2017), o fazer do profissional de Psicologia nesse contexto deve ser o de auxiliar na compreensão da condição do filho através da orientação e acolhimento das emoções e sentimentos vivenciados pelo núcleo familiar. Sendo assim, a atuação do terapeuta é imprescindível para o desenvolvimento de habilidades sociais e ampliação das possibilidades de inclusão e acessibilidade para a criança surda desde o seu ambiente familiar até outras esferas.

A comunicação é um aspecto imprescindível para a interação humana e para o desenvolvimento positivo esperado para os sujeitos. No contexto da vivência surda, as pessoas encontram-se em um mundo repleto de comunicação que segue a lógica ouvinte, contudo, não possuem audição. Dessa forma, conforme Romano e Serpa-Júnior (2021), o desenvolvimento linguístico e comunicacional de pessoas surdas acontece de forma distinta, bem como a sua construção de mundo difere da construção ouvinte e – caso não haja estimulação adequada e adaptada as especificidades dessa população – seu o repertório de significações pode ser limitado.

Além disso, as limitações e prejuízos ao desenvolvimento adequado podem resultar em processos de isolamento e dificuldades emocionais e cognitivas à pessoa surda. De acordo com Guimarães (2021), crianças surdas sofrem com problemas emocionais e comportamentais duas vezes mais do que crianças ouvintes usuárias da língua oral. A autora destaca que as barreiras de comunicação e dificuldades na formação de um relacionamento positivo com os pais pode influenciar no aumento da probabilidade de quadros de depressão.

Ao realizar a leitura e análise das produções coletadas é possível perceber a escassez de materiais e estudos voltados às reflexões sobre psicologia e surdez, atendimento e acolhimento psicoterapêutico de pessoas que não utilizam a língua oral/ouvinte como meio de comunicação. Dessa forma, Cordeiro *et al*. (2020) salienta que o quantitativo significativamente baixo de produções dedicadas à essa temática reflete na ausência de acolhimento adequado na prática profissional. Além disso, os autores reiteram também a necessidade do compromisso dos profissionais psicólogos com a implementação plena dos princípios e diretrizes contidos no Código de Ética da categoria.

De igual modo, Ávila e Camargos (2019) pontuam a importância de realizar para além de estudos e reflexões, a construção de espaços de escuta da demanda surda diretamente com a própria comunidade, a fim de compreender a vivência e experimentação do mundo além do aspecto linguístico apresentado.

Além disso, as reflexões proporcionadas pela análise presente demonstram haver limitações nas discussões sobre os aspectos éticos da presença de um tradutor/intérprete no ambiente do atendimento

psicológico, bem como de estudos e investigações sobre a real necessidade de adaptação das práticas e saberes psicológicos voltadas às pessoas surdas no Brasil. Dessa forma, é perceptível a necessidade da elaboração de materiais que balizem o manejo adequado de pacientes surdos assim como possibilitem a compreensão das diferenças comunicacionais e seus atravessamentos no que tange ao atendimento e acolhimento inclusivo da população em destaque.

Isto posto, os resultados analisados explicitam que as interfaces da atuação em Psicologia junto às pessoas surdas carecem de amplas discussões bem como a inserção de iniciativas pedagógicas durante a formação e ensino de Psicologia. De igual modo, faz-se necessária a formação e capacitação em conhecimentos no âmbito da cultura surda e da Libras a ser ofertada para profissionais psicólogos inseridos nos dispositivos de saúde mental – principalmente os de serviço público como Centros de Atenção Psicossocial (Caps), policlínicas, entre outros – com vistas a fornecer e implementar a promoção de um fazer comprometido com a não manutenção de segregações e processos de excludentes. Contudo, faz-se imprescindível destacar os avanços nas investigações interessadas em discutir e analisar o atendimento psicoterapêutico para a pessoas surdas ainda que quantitativamente não demonstrem robustez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fazer da Psicologia deve ser pautado na escuta qualificada e no acolhimento de cada pessoa em suas diferentes necessidades, e por isso, é tão necessário ampliar o campo de produção científica comprometida com a justiça social, especialmente no que se refere ao atendimento psicológico e à acessibilidade para pessoas surdas. Além disso, fruto de mobilizações dos movimentos sociais, as legislações vigentes já garantem o acesso e a inclusão das pessoas surdas no que diz respeito à garantia de saúde e atendimento de qualidade. Para efetivação desses direitos, é imprescindível que a história e a vivência de pessoas surdas faça parte do percurso formativo em Psicologia, e assim, possa preparar os futuros profissionais para promover em sua prática um fazer inclusivo e acessível.

Ademais, faz-se necessário destacar a importância do rompimento da lógica simplista de entender a surdez apenas como um quadro clínico orgânico. Contudo, mostra-se imprescindível a ampliação dos espaços de discussão sobre o caráter socioantropológico da surdez, bem como as diversas formas de viver e apreender o mundo dentro dessa perspectiva.

De igual modo, durante a produção do presente artigo foi possível notar a escassez de materiais dedicados à temática do atendimento de pessoas surdas em contextos de saúde mental. Esta realidade reflete os aspectos anteriormente citados os quais dificultam o contato com a vivência surda, bem como

o seu acolhimento pleno e acessível. É perceptível, ao observar a limitada amostra coletada através das plataformas virtuais como o principal indício da necessidade de incentivo às investigações científicas e trabalhos práticos voltados ao estudo e acolhimento de pessoas surdas no Brasil.

Por fim, sugere-se que por meio da qualificação do psicólogo e do estudante em formação, que se possa garantir acessibilidade e inclusão no atendimento psicológico a pessoa surda, visando suas necessidades e especificidades, e considerando os aspectos fundamentais dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AANONDSEN, C. M. *et al*. "Deaf and hard-of-hearing children and adolescents' mental health, Quality of Life and communication". **BMC Psychiatry**, vol. 23, n. 1, 2023.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. "Scoping studies: towards a methodological frame-work". **International Journal of Social Research Methodology**, vol. 8, n. 1, 2005.

ÁVILA, L. A.; CAMARGOS, G. S. "A interface da Psicologia com a surdez: uma revisão sistemática". **Revista de Psicologia**, vol. 10, n. 2, 2019.

ÁVILA, L. A.; CAMARGOS, G. S. "Análise de processo de formação de quadros psíquicos de surdos congênitos em psicoterapia". **Revista de Psicologia**, vol. 12, n. 2, 2021.

BARROS, N. C. *et. al.* "Produções Científicas em Psicologia e Surdez no Estado de Pernambuco". **Research, Society and Development**, vol. 9, n. 1, 2020.

BORBOREMA, C. S.; AGUILLERA, F. "Criança com deficiência auditiva e família: desafios e contribuições da psicologia". **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, vol. 6, n. 2, 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/08/2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Evaluating and reviewing TA research**: A checklist for editors and reviewers. Auckland: The University of Auckland, 2017.

CARMO, M. B. B.; SILVA, A. M. S. "Desafios na atenção psicológica a surdos utilizadores da LSB em Salvador – BA". **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, vol. 5, n. 2, 2016.

CASTANHEIRA, N. P.; GREVET, E. H.; CORDIOLI, A. V. "Aspectos conceituais e raízes históricas das psicoterapias". *In*: CORDIOLI, A. V.; GREVET, E. H. (orgs.). **Psicoterapias**: Abordagens atuais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2019.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. "Código de ética profissional do psicólogo". **Portal do CFP** [2005]. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 04/08/2023.

CLERCK, G. A. M.; WILLEMS, R. A. "Structural stigma in mental health care for deaf and hard of hearing people: the perspectives of care users and caregivers". **Tijdschr Psychiatr**, vol. 65, n. 3, 2023.

CORDEIRO, L.; SOARES, C. B. "Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa". **Boletim do Instituto de Saúde**, vol. 20, 2020.

DICKSON, M.; MAGOWAN, R.; MAGOWAN. R. "Meeting deaf patients' communication needs". **Nurs Times**, vol. 110, n. 49, 2014.

FERREIRA-JÚNIOR, J. L.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. "O atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura". **Psicologia Clínica**, vol. 33, n. 3, 2021.

FREITAS, L. H. M.; NEVES, J. T. P.; ZATTI, C. "A Psicoterapia Psicanalítica com pessoas surdas: peculiaridades e aproximações". **Revista Brasileira de Psicoterapia**, vol. 21, n. 1, 2019.

GONÇALVES, C. S.; MAFFINI, G.; RITERBUSCHE, C. S. "Equidade e saúde mental: o desafio do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas". **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 4, 2021.

GUIMARÃES, V. M. A.; SILVA, J. P. "O estudo da surdez e deficiência auditiva nas Terapias Cognitivo-Comportamentais: uma revisão sistemática da literatura". **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. 23, n. 1, 2021.

JAMES, T. G. *et al*. "Communication Access In Mental Health And Substance Use Treatment Facilities For Deaf American Sign Language Users". **Health Affairs**, vol. 41, n. 10, 2022.

LEE, P. H.; SPOONER, C.; HARRIS, M. F. "Access and communication for deaf individuals in Australian primary care". **Health Expectations**, vol. 24, n. 6, 2021.

NASCIMENTO, J. A. A.; SEIXAS, J. A. "Deficiência auditiva e surdez: do abandono à inclusão". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 24, 2021.

OUZZANI, M. *et al*. "Rayyan-a web and mobile app for systematic reviews". **Systematic Reviews**, vol 5, n. 1, 2016.

PARAVIDINI, J. L. L.; VIEIRA, C. C. C. "A língua de sinais na relação transferencial e sua dupla posição". **Estilos da Clínica**, vol. 25, n. 3, 2020.

PEREIRA, B. A. M., LOURENÇO, L. M. "Surdez e Psicologia Clínica: Contribuições da literatura". **Psicologia.pt** [2017]. Disponível em: <www.psicologia.pt>. Acesso em: 08/07/2023.

PERLIN, G.; STROBEL, K. "História cultural dos surdos: desafio contemporâneo". **Educar Revista**, vol. 1, n. 2, 2014.

PETERS, M. D. J. *et al*. **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual**. Camberra: Joanna Briggs Inst, 2020.

REIHER, J. "New Pathways for Successfully Reducing Health Inequities Experienced by the Deaf and Hard of Hearing Community". **Academic Medicine**, vol. 97, n. 3, 2022.

SANTOS, M. A.; ROCHA-FILHO, J. B.; VASCONCELOS, E. S. "Educação de surdos: trajetória e perspectivas na legislação". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 39, 2023.

SERPA-JÚNIOR, O. D.; ROMANO, B. “Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas no encontro e profissionais de saúde mental”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 31, n. 2, 2021.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 45| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima